## LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA COORDENAÇÃO DE ESTUDOS LEGISLATIVOS - CEDI

## LEI Nº 7.805, DE 18 DE JULHO DE 1989

Altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, cria o regime de permissão de lavra garimpeira, extingue o regime de matrícula, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA
Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 10. Considera-se garimpagem a atividade de aproveitamento de
substâncias minerais garimpáveis, executadas no interior de áreas estabelecidas para
este fim, exercida por brasileiro, cooperativa de garimpeiros, autorizada a funcionar
como empresa de mineração, sob o regime de permissão de lavra garimpeira.
§ 1º são considerados minerais garimpáveis o ouro, o diamante, a
cassiterita, a columbita, a tantalita e wolframita, nas formas aluvionar, eluvionar e
coluvial; a sheelita, as demais gemas, o rutilo, o quartzo, o berilo, a muscovita, o
espodumênio, a lepidolita, o feldspato, a mica e outros, em tipos de ocorrência que
vierem a ser indicados, a critério do departamento nacional de produção mineral
dnpm.  § 2º o local em que ocorre a extração de minerais garimpáveis, na forma
deste artigo, será genericamente denominado garimpo.
aeste artigo, sera genericamente denominado garmipo.
Art. 11. O departamento nacional de produção mineral - dnpm estabelecerá
as áreas de garimpagem, levando em consideração a ocorrência de bem mineral
garimpável, o interesse do setor mineral e as razões de ordem social e ambiental.